



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

MÁRCIA CECÍLIA FLEXA FREITAS

Pellos certõens dos mattos: produção e transporte de madeira entre o Grão-Pará e Lisboa dos séculos XVIII e XIX

Brasília

2021

Márcia Cecília Flexa Freitas

Pellos certõens dos mattos: produção e transporte de madeira entre o Grão-Pará e Lisboa dos séculos XVIII e XIX

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel/licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Tiago Luís Gil

Brasília

2021

Márcia Cecília Flexa Freitas

Pellos certõens dos mattos: produção e transporte de madeira entre o Grão-Pará e Lisboa dos séculos XVIII e XIX

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel/licenciado em História.

Brasília, _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Tiago Luís Gil - Universidade de Brasília

Prof. Dr. Diogo de Carvalho Cabral - Trinity College Dublin

Prof. Dr. Durval de Souza Filho - Câmara dos Deputados

Dedico à Marcivânia Flexa e Odair Freitas, em uma tentativa ínfima de agradecer por me permitirem viver meus sonhos.

Agradecimentos

Além de um Trabalho de Conclusão de Curso, essa monografia significa a realização de vários sonhos cultivados há muitos anos, os quais descobri que existiam ao longo da graduação. Filha de pesquisador e de professora, nutri inconscientemente o sonho de ser historiadora e professora, com a esperança de colocar em evidência a história do meu lugar. Neta de ribeirinhos e, acima de tudo, trabalhadores, amo minhas raízes e levo sempre comigo a inquietação de fazer jus à nossa cultura. É evidente que nunca serei capaz de agradecer à minha família por ser exatamente quem eu sou, mas nunca deixarei de tentar.

Agradeço aos meus pais por tudo aquilo que não consigo verbalizar, por serem minhas inspirações e meus portos de chegada e partida. Às minhas irmãs, por me acolherem e por me prepararem de maneira tão amena e graciosa para o mundo. Aos meus avós maternos e paternos por me mostrarem as verdadeiras riquezas do mundo.

Sempre amei minha terra mais do que imaginava, de modo que a mudança para Brasília foi tão dura e repentina como o corte de um cordão umbilical. Agradeço aos meus amigos de curso por terem me mostrado as belezas ocultas dessa cidade e por terem tornado a caminhada acadêmica um prazer. Agradeço ao meu orientador pela paciência e por ter me guiado ao longo de meu amadurecimento na caminhada de pesquisadora.

Por fim, não poderia deixar de agradecer quem tornou essa reta final mais leve: minha psicóloga, por me ajudar a enxergar a vida de maneira mais prazerosa. Ao meu cachorro e companheiro de todos os momentos que, à sua maneira, me lembrava de me divertir e de amar. Ao meu revisor extraoficial, por todo cuidado, carinho e apoio.

Agradeço também à UnB por ter sido palco da realização de muitos sonhos. Ao meu estado, Amapá, por ter me tornado uma mulher orgulhosa de minhas origens e minha cultura e, acima de tudo, por ser minha motivação na pesquisa acadêmica.

Quem avistar o Amazonas nesse momento

E souber transbordar de tanto amor

Esse terá entendido o jeito de ser

Do povo daqui

(Jeito tucuju - Joãozinho Gomes e Val Milhomen)

RESUMO

Esta monografia dedica-se a fazer um estudo dos padrões gerais de produção de madeira no Grão-Pará dos séculos XVIII e XIX, bem como do transporte dessa matéria-prima entre a América Portuguesa e Lisboa. A análise do mundo da madeira dedica-se fundamentalmente a entender como se dava a extração de madeira, em quais políticas e normas essa extração estava inserida e quem era responsável por essa produção. Pretende-se entender também os impactos que a produção sistemática de madeira causava nas conformações sociais do Grão-Pará colonial, levando em consideração a mão-de-obra utilizada e a importância que a madeira e suas logísticas de extração assumia no mercado externo e interno.

Palavras-chave: extração e transporte de madeira; Grão-Pará colonial; trabalho indígena; trabalho de negros escravizados; legislação; abastecimento; mercado interno; mercado externo.

ABSTRACT

This final degree thesis is dedicated to study the general patterns of production of woods at Grão-Pará during the eighteen and nineteen centuries, as well as the transport of this raw material between América Portuguesa and Lisboa. The analysis of the *wood world* aims, above all, to understand how the wood extraction happened, its regulations and who was responsible for the production. It's also intended to comprehend the impacts of the systematic wood production to the social configuration at the colonial Grão-Pará, considering which kind of work force was the most common and the importance of the logistics of wood extractions to the local and overseas market.

Key-Words: wood extraction and transportation; colonial Grão-Pará; indigenous labor; enslaved African labor; regulations; supply; local market; overseas market.

SUMÁRIO

Introdução	9
Capítulo I: eixos teóricos e historiográficos da pesquisa	11
Capítulo II: aspectos políticos da produção de madeira	16
Tradição portuguesa na extração de madeira	16
Legislação florestal na colônia	20
Consequências da Reforma Pombalina para o mundo da madeira	23
Capítulo III: o mundo da madeira – trabalho e mercado interno	28
Mão de obra indígena	31
América e África na produção de madeira	33
Questão populacional e urbana	35
Abastecimento e mercado interno	36
Conclusão	38
Referências bibliográficas	39

Introdução

A monografia que se seguirá tem como principal objetivo explicar padrões gerais da exploração da madeira ao longo do período colonial na floresta amazônica, em particular na região do Grão-Pará. Por ser um tema pouco trabalhado, há a necessidade de acompanhar o trajeto geral desse produto para esclarecer questões básicas: como se dava a extração? Quem era responsável por ela? O que a legislação dizia sobre? Levando em consideração a dependência dos colonos em relação aos indígenas no deslocamento pelo espaço amazônico, também é interessante pesquisar quem realizava essa extração e se era dada através de mão de obra escrava ou remunerada. Por fim, outro objetivo fundamental deste trabalho é saber a finalidade deste produto. Já se sabe que a madeira era espécime fundamental nesse período, mas seria interessante saber com mais detalhes para onde ela era transportada e no que ela era usada, em geral.

Para tal, o trabalho será guiado por uma historiografia econômica. Composta, por um lado, por obras clássicas com escopo mais generalizante – que marcam tendências, ciclos e explicações aplicáveis para todo país. Por outro lado, trabalharemos também com pesquisas que explicam as configurações econômicas da região específica do Grão-Pará colonial, colocando em perspectiva suas lógicas de funcionamento internas. A partir de uma bibliografia guiada por esses preceitos, pretende-se fazer uma análise fundamentada na perspectiva teórica de entender o mercado econômico do Grão-Pará de dentro para fora. Utilizando fontes – em geral, ofícios – que documentam o transporte e envio de madeiras do Pará e a finalidade que elas assumiriam em seu destino (Lisboa), será possível entender esse processo na prática e não somente através de legislações e determinações oficiais. Mais a frente será feita uma discussão mais aprofundada sobre as tendências teóricas e historiográficas que guiarão o trabalho, bem como um detalhamento maior do corpus documental utilizado.

O tema escolhido para a monografia vem de anos de estudo sobre a economia interna do Grão-Pará, em especial a circulação de mercadorias naquela região. A partir dessas pesquisas, percebeu-se a presença constante de comercialização e transporte de madeiras de diversas espécies, ao mesmo tempo que se notou a falta de trabalhos dedicados ao tema. Essa carência, aliada ao contexto contemporâneo de extração e queima ilegal de florestas, deu sentido a uma pesquisa dedicada a explicar os padrões básicos de comercialização da

madeira.¹ A partir das informações reunidas pretende-se, portanto, fazer uma análise sobre sua produção e distribuição, seguindo os conceitos de produção, distribuição e consumo colocados por Marx em suas obras mais conhecidas. Através desta monografia, pretende-se ajudar a preencher um vazio na historiografia sobre a Amazônia colonial, algo que já vem sendo feito com a contribuição de diversos trabalhos ao longo do século XX e ainda mais no XXI, quando há um aumento significativo no interesse por esse tema.

Estudar a extração e o transporte da madeira não significa olhar apenas para essa mercadoria e seu trajeto, mas sim o mundo que possibilitava essa conjuntura mercantil. Dentro disso, é importante notar questões como: as determinações políticas que orientavam a mão de obra para sua extração e os responsáveis pelo supervisionamento; o contexto econômico e até mesmo ambiental que permitiam a ida de pessoas para dentro da mata procurar certas espécies de madeira; como dava seu armazenamento e transporte; e quem era beneficiado com isso. É evidente a fundamentalidade da madeira para construção de quase tudo no período colonial, mas não se pode permanecer apenas na superficialidade de sua importância, é necessário investigar seu percurso e os atores que o compunham.

A monografia será estruturada, portanto, em três capítulos: o primeiro explicará as bases historiográficas e teóricas que guiarão a pesquisa, isto é, quais autores ou perspectivas teóricas serão suporte para a maneira de se pensar a exploração e exportação de madeira no Grão-Pará colonial. O segundo, por sua vez, será dedicado a expor os aspectos políticos e legais do mundo da madeira: em resumo, a legislação florestal de Portugal e suas tradições, bem como as Reformas Pombalinas e como elas influenciaram o trabalho na exploração de madeira. O terceiro, por fim, será dedicado estritamente ao trabalho com as fontes e os aspectos fundamentais que elas nos revelam sobre os padrões gerais da produção de madeira, seja no âmbito interno ou externo.

¹ A dedicação ao tema da exploração de madeira sob uma perspectiva histórica, no entanto, não costuma ser um trajeto fácil. Alguns percalços se fizeram presentes ao longo da pesquisa, sobretudo no que diz respeito às documentações: além de sua abordagem não fazer parte da tradição historiográfica, o acesso remoto a elas foi dificultado por conta de problemas técnicos no site que disponibiliza as fontes – Biblioteca Nacional–, o qual ficou completamente indisponível durante o final da pesquisa. Felizmente, devido ao banco de dados elaborado com as principais informações contidas nas fontes, o trabalho pôde ser finalizado sem grandes intercorrências.

Capítulo I: eixos teóricos e historiográficos da pesquisa

De modo a entender esse mundo econômico composto por diversas forças, contextos e atores, essa pesquisa se guiará – como dito anteriormente – por dois eixos historiográficos e teóricos complementares entre si. O primeiro trata da fundamentação teórica da pesquisa, trazendo obras sobre diferentes lugares, mas cujos objetos de pesquisa tocam nos conceitos e na própria história econômica colonial. Esse eixo, portanto, diz respeito a como enxergamos o mundo do Grão-Pará colonial: quais forças os guiavam, quais seus atores indispensáveis, o que fazia aquela roda-viva girar. Por isso, serão utilizados diversos autores clássicos que contribuem, cada um à sua particularidade de pesquisa, com alguma peça para construir o quebra-cabeça que se formará aos poucos ao longo da monografia. Como fundamentação teórica imprescindível quando se trata de história econômica, as obras de Karl Marx, "O Capital"² e "Contribuição para a crítica da economia política"³ ajudarão a explicar os conceitos de produção, consumo e distribuição de mercadorias para o caso das madeiras.

Chegando em um contexto mais local, no que diz respeito à América Portuguesa, a obra de João Fragoso e Manolo Florentino "O arcaísmo como projeto"⁴ trouxe uma contribuição valorosa para entender a situação da colônia em relação à metrópole. Nesse livro, os autores contrapõem uma visão já posta de que o funcionamento da América Portuguesa tinha como início, meio e fim a metrópole, ou seja, de que tudo que acontecia no mundo colonial era ditado e financiado por e para Portugal. Neste trabalho, os autores desenvolvem a explicação de que o Brasil colonial, na virada do século XVIII para o XIX, já possuía um mercado interno desenvolvido e menos dependente da metrópole do que o imaginado. Composto por algumas elites familiares, a América Portuguesa já possuía uma certa riqueza nacional, assim, pode-se dizer que a colônia era relativamente desenvolvida, à parte das determinações da Coroa Portuguesa.

² MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

³ MARX, Karl. Uma contribuição para a crítica da economia política. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

⁴ FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. O arcaísmo como projeto: mercado Atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790 - c. 1840. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

Outro trabalho fundamental para discussões sobre mercados locais e economia interna é o livro de Sempat Assadourian "El sistema de la economía colonial: mercado interno, regiones y espacio económico"⁵ que, apesar de tratar da América hispânica, traz contribuições indispensáveis sobre o funcionamento da economia colonial no espectro do mercado interno – quem o compunha, como as riquezas circulavam, o que nutria aquela economia e o que era importante para aquele sistema funcionar. Tendo isso em vista, tanto o trabalho de Fragoso e Florentino, quanto o trabalho de Assadourian, guiarão como pano de fundo essa pesquisa, que também parte do pressuposto de que o Grão-Pará possuía, nesse período, um mercado interno relativamente bem desenvolvido, que dava sustentação para exploração e circulação de diversas mercadorias incluindo, para além das já conhecidas *drogas do sertão*, a farinha e a madeira.

Há também as obras seminais de Caio Prado Jr. e Celso Furtado: "História Econômica do Brasil"⁶ e "Formação Econômica do Brasil"⁷, respectivamente. Tanto Caio Prado Jr. quanto Celso Furtado fizeram trabalhos que muito colaboraram para sua época e, por isso, tornaram-se clássicos e devem ser lidos por qualquer estudante de história do Brasil. Mesmo trazendo a ideia de dependência e obediência da colônia em relação à metrópole, produziram pesquisas muito importantes para dar explicações mais gerais sobre a América Portuguesa. E, para além disso, suas ideias sustentadas nos livros também são demonstrações dos pensamentos da época em relação à Amazônia, algo que não pode ser ignorado e nem totalmente dispensado. Desse modo, acreditamos nas diversas possibilidades de contribuição de obras clássicas para explicar conceitos e fundamentar ideias, ou para demonstrar uma abordagem que esteve em voga por muito tempo.

As obras de Prado Jr. e Furtado também podem ser de extrema importância para a abordagem da extração de madeira com o objetivo de exportação à metrópole. Levando em consideração que a maioria das fontes a serem trabalhadas nesta pesquisa abordam a extração de madeira em vias de transporte à Lisboa, esses autores podem nos ajudar a pensar no espectro do mercado externo. Portanto, pode-se afirmar que os autores Fragoso, Florentino

⁵ SEMPAT ASSADOURIAN, Carlos. El sistema de la economía colonial: Mercado interno, regiones y espacio económico. Lima: IEP, 1982.

⁶ PRADO JUNIOR, Caio. História econômica do Brasil. 1 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012.

⁷ FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 32 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

e Assadourian serão eixos teóricos para se pensar o mercado interno, enquanto Prado Jr. e Furtado são indispensáveis para a abordagem do transporte entre Grão-Pará e Portugal.

Esses autores auxiliarão a pesquisa no âmbito de fundamentação teórica, como já dito anteriormente. O que significa que essas obras não comporão a monografia no que diz respeito à similaridade temporal ou espacial, mas sim por explicarem conceitos e visões comuns ao Brasil colonial como um todo. É claro que essas questões variam a depender do período e do local estudado, por isso a pesquisa terá um segundo eixo historiográfico e teórico composto por obras que conversam mais diretamente com o objeto de pesquisa. Após um encontro de visões de mundo, há um encontro de temas. Aqui estará presente um maior número de obras, sendo algumas delas já reconhecidas dentro da historiografia regional do Pará e da Amazônia, outras são trabalhos mais recentes e com contribuições novas sobre o tema.

Dentre os autores renomados por suas inovações temáticas à época, estão Manuel Nunes Dias, Amaral Lapa e Ernesto Cruz, com seus respectivos trabalhos: "A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1775-1778)"⁸, "Economia colonial"⁹ e "A exportação da madeira do Pará para Portugal no século XVIII"¹⁰. As três obras citadas são de muita importância para entender o funcionamento do Grão-Pará entre o século XVIII e XIX. Nunes Dias traz uma pesquisa detalhada sobre a Companhia Geral, que era responsável pela comercialização de grande parte dos produtos naquela região, além de também ser responsável pela administração e pagamento de pessoas para o trabalho; o que nos mostra a indispensabilidade de compreender seu funcionamento para pesquisar sobre a comercialização de madeira naquele período.

O livro de Amaral Lapa, por sua vez, é uma grande reconstrução e explicação do funcionamento da economia colonial interna, sendo fundamentado em extensa pesquisa empírica, dedica um capítulo à extração e à comercialização de madeira levando em consideração a abordagem econômica. Por fim, o trabalho de Ernesto Cruz se trata de uma publicação na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o que o torna

⁸ DIAS, Manuel Nunes. A companhia geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778). Vol. 1. Universidade Federal do Pará, 1970.

⁹ AMARAL LAPA, J. R. Economia colonial. 1 ed. São Paulo: Perspectiva, 1973.

¹⁰ CRUZ, Ernesto. A exportação da madeira do Pará para Portugal no século XVIII. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, v. 234, p. 38-43, jan./mar. 1957.

indispensável é a proximidade de objetos de pesquisa aliado à sua praticamente inédita contribuição para um tema pouco explorado até a atualidade.

Há também os trabalhos de Francisco Assis Costa, Mauro Coelho e João Ramalho: "A economia colonial do Grão-Pará: uma avaliação crítica (1720-1822)"¹¹, "Do sertão para o mar - um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da Colônia: o caso do Diretório dos Índios (1751-1798)"¹² e "A produção para consumo interno na Amazônia na segunda metade do século XVIII: da historiografia à análise do abastecimento no vale do Rio Tocantins"¹³, respectivamente. Essas pesquisas farão contribuição muito importante no que diz respeito a inovações historiográficas, já que trazem novas ideias – mais alinhadas à visão de Frago e Florentino – sobre o posicionamento do Grão-Pará em relação ao restante da colônia (Estado do Brasil). Ao longo de muito tempo, tentou-se justificar a não assistência à região norte do atual Brasil com sua suposta posição historicamente subjugada, isto é: se a atual região norte do país é recorrentemente marginalizada e explorada, isso advém de seu processo histórico também de esquecimento e, no limite, de não importância. A ideia que se quer passar é de um deslocamento longínquo da Amazônia em relação ao restante do território e, ademais, de uma inutilidade – a região Norte sempre foi um grande vazio inabitado e inexplorado, sem vida pulsante, nem atividades econômicas.

Estas pesquisas, na esteira das renovações historiográficas dos autores clássicos citados anteriormente, vêm para mostrar empiricamente a documentada importância do Grão-Pará para a vida colonial. A relevância desse Estado não se resume apenas à exploração de riquezas, mas também perpassa a vida cultural e social daquele período. A partir das grandes migrações e entradas para as matas, decorreu-se também ocupações populacionais e crescimento de lugares, vilas e cidades. Devido à necessidade que a metrópole tinha em relação às riquezas do Grão-Pará, foram elaboradas diversas legislações para normatizar o trabalho e a ocupação no local, como foi o caso do Diretório dos Índios, explicado por Mauro Coelho sob uma perspectiva diferente das abordadas geralmente. Coelho elabora uma

¹¹ COSTA, Francisco Assis. A economia colonial do Grão-Pará: uma avaliação crítica (1720-1822). Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, n. 1 (44), p. 197-219, abr. 2012.

¹² COELHO, Mauro. Do sertão para o mar - um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da Colônia: o caso do Diretório dos Índios (1751-1798). 2005. Tese (Doutorado em História) – USP, São Paulo, 2005.

¹³ RAMALHO, João. A produção para consumo interno na Amazônia na segunda metade do século XVIII: da historiografia à análise do abastecimento no vale do Rio Tocantins. 2017. Monografia (Bacharel/licenciatura em História) – UnB, Brasília, 2017.

explicação que coloca o Diretório como algo requerido e idealizado, inicialmente, na colônia e não uma legislação elaborada vertical e unilateralmente por Marquês de Pombal em Portugal. Ramalho, por sua vez, explica o funcionamento e a importância de uma circulação interna de produtos naquele espaço: para se exportar qualquer riqueza é preciso, antes, haver uma produção e distribuição de produtos para consumo interno; essa perspectiva ajuda a "preencher" os vazios da Amazônia colonial que muitas vezes está presente no imaginário geral.

Já os trabalhos "Exploração de madeiras no Pará: semelhanças entre fábricas reais do período colonial e as atuais serrarias"¹⁴ de Maria Angelo-Menezes e Gutemberg Guerra, "Gestão florestal no Brasil Colônia"¹⁵ de Carlos Castro, "Dinâmica populacional e atividade madeireira em uma vila da Amazônia: a vila de Moju (1730-1778)"¹⁶ de Regina Batista e "Substantivismo econômico e história florestal da América portuguesa"¹⁷ de Diogo Cabral são algumas das poucas pesquisas recentes que se aproximam do tema da monografia e têm a madeira como foco principal do estudo. Apesar de poucos trabalhos, são de grande colaboração para esta pesquisa, por serem artigos já consagrados dentro deste campo. Além disso, devido ao caráter informativo e profundamente empírico de todos, auxiliam também no que diz respeito ao *corpus documental* a ser trabalhado futuramente.

Em suma, os eixos historiográficos e teóricos do trabalho fundamentam uma pesquisa voltada à economia regional do Grão-Pará, a fim de demonstrar a importância da região ao Estado do Brasil e ao funcionamento da metrópole. Para isso, ao longo dos próximos capítulos, serão abordadas a exploração e exportação da madeira sob uma perspectiva econômica de desenvolvimento e certa autonomia da colônia. Portanto, a pesquisa será guiada por um viés teórico que dê vida aos que faziam aquele mundo possível, procurando não reduzi-lo à dependência entre colônia-metrópole e explicando suas lógicas de funcionamento, até onde as fontes permitirem.

¹⁴ ANGELO-MENEZES, M. de N.; GUERRA, G. A. D. Exploração de madeiras no Pará: semelhanças entre fábricas reais do período colonial e as atuais serrarias. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 15, p. 123-145, set./dez. 1998.

¹⁵ CASTRO, Carlos. Gestão florestal no Brasil Colônia. 2002. Tese (Doutorado) – UnB, Brasília, 2002.

¹⁶ BATISTA, Regina Célia Corrêa. Dinâmica populacional e atividade madeireira em uma vila da Amazônia: a vila de Moju (1730-1778). 2013. Dissertação (Mestrado em História) – UFPA, Belém, 2013.

¹⁷ CABRAL, Diogo de Carvalho. Substantivismo econômico e história florestal da América portuguesa. Varia Historia, Belo Horizonte, v. 23, n. 39, p. 113-133, jan./jun. 2008.

Capítulo II: aspectos políticos da produção de madeira

Antes de nos atermos ao conteúdo da documentação, é preciso explicar o panorama no qual elas estavam inseridas, ou seja, situá-las no tempo, espaço e contexto. Esse capítulo será dedicado, então, a fazer uma breve explicação da história da exploração de madeira na América Portuguesa: sua legislação florestal e outras medidas que influenciaram tais atividades. Com o apoio de Batista, Castro e Coelho, que dedicaram seus trabalhos a esses temas, será possível compreender melhor o olhar de Portugal em relação à produção de madeira e como ela deveria ser aplicada, de acordo com as determinações do período. O capítulo será dividido em três seções, que terão como objetivo elucidar sobre os conhecimentos prévios dos portugueses em relação às utilidades da madeira, a legislação florestal elaborada para a colônia e a Reforma Pombalina, respectivamente.

1. Tradição portuguesa na extração de madeira

A madeira, como já se sabe, era mercadoria essencial e imprescindível para a vida colonial, utilizada para tudo e por todos: nas Cidades ou nas Vilas e Lugares; no ultramar ou no meio das matas; estava presente nas casas e, principalmente, nas embarcações. Devido a sua valorização e utilidade, a madeira também tornou-se uma espécie de *moeda* no período colonial (assim como a farinha), não no sentido de troca – por conta da dificuldade de transporte –, mas no sentido de pagamento de serviços e dívidas, como apontado por Batista:

A madeira parece ter sido mesmo objeto de grande interesse por parte dos colonos sendo utilizada até mesmo como pagamento por serviços prestados. Não era raro que, no processo de desmatamento se empregasse nesta tarefa, trabalhadores livres que prestavam serviços em troca de utilizarem a terra por um período ou o direito de vender madeiras do terreno. [...] Neste momento se incorpora, nas estratégias de utilização da madeira pelos colonos, também o uso comercial e não mais unicamente de subsistência, na medida em que a madeira, uma vez valorizada, possibilitaria trocas vantajosas num sistema econômico pouquíssimo monetarizado.¹⁸

¹⁸ BATISTA, Regina Célia Corrêa. Dinâmica populacional e atividade madeireira em uma vila da Amazônia: a vila de Moju (1730-1778). 2013. Dissertação (Mestrado em História) – UFPA, Belém, 2013. p. 114.

Entretanto, as utilidades da madeira no cotidiano (construção de casas, pequenas embarcações e móveis), talvez por seu próprio caráter corriqueiro¹⁹, são pouco registradas documentalmente. A aplicação da madeira na construção de naus, por outro lado, fez desse produto um dos principais nos registros de exportação do Grão-Pará, com números relativamente estáveis e movimentando uma rede de pessoas responsáveis por sua extração e transporte.

A exploração de madeira não foi uma particularidade da América Portuguesa. O Reino se interessava pela matéria-prima desde a ocupação de outras colônias anteriores ao atual Brasil,²⁰ portanto, ao chegar no território, a procura pela madeira já era uma realidade. Todavia, mesmo já tendo certo conhecimento de algumas espécies ideais para a construção e reparação de embarcações, a variedade de espécies encontrada no Brasil era desconhecida pelos colonizadores – por ser incomum no território europeu – e a diversidade e abrangência do território postergou em muito a extração ostensiva de madeira pelos portugueses. A primeira espécie a ser conhecida e explorada foi o pau-brasil, mas não para fins náuticos ou de construção, e sim para tinturas e pigmentos.

Castro aponta que o conhecimento dos portugueses sobre a madeira ocorreu por meio da tentativa e erro, o que atrasou em muito o estabelecimento de uma logística que estruturasse a extração e o transporte de madeira. O mapeamento das espécies se deu gradativamente ao longo dos séculos, pelos colonizadores e também por diversos viajantes naturalistas²¹, que deixavam registrado as melhores madeiras para se fazer embarcações e onde encontrá-las.

Esse reconhecimento do território recém colonizado, que foi se aprimorando ao longo dos séculos, seria muito mais demorado sem a interferência dos indígenas: a relação entre os portugueses e nativos era fundamental para o conhecimento e sobrevivência no território. As nações indígenas, mesmo não tendo comportamento exploratório²² – nem antes, nem durante

¹⁹ BATISTA, Regina Célia Corrêa. *Ibidem*, p. 112.

²⁰ CASTRO, Carlos. *Gestão florestal no Brasil Colônia*. 2002. Tese (Doutorado) – UnB, Brasília, 2002. p. 104.

²¹ Na Amazônia do século XVIII, destacam-se os registros de Alexandre Rodrigues Ferreira e do padre jesuíta João Daniel.

²² Neste ponto, é importante salientar que não se defende uma concepção romântica dos indígenas, como *parte* ou *harmônicos* com a natureza. Apenas chamamos atenção para o modo como a maioria das nações indígenas da Amazônia colonial explorava a floresta: por terem organização seminômade, a exploração que era feita da terra se recompunha em tempo hábil para nova ocupação, com consequências pouco prejudiciais ao solo.

o processo de colonização²³ – sobre a terra, faziam dela seu meio de sobrevivência em todos os aspectos da vida, sendo a madeira também fundamental para construções e, principalmente, transporte entre aldeias através de canoas. A partir do contato com os indígenas, a identificação e conhecimento da madeira foram facilitados, assim como o da própria floresta. Mesmo não tendo domínio da construção propriamente dita de naus, os indígenas eram centrais para a extração e locomoção dos troncos na floresta – já que esses a faziam de forma muito mais rápida e hábil –, o que prolongou a dependência dos portugueses em relação aos nativos, como bem explicitado por Castro: "Em grande parte, foi graças à experiência indígena que os europeus puderam identificar alguns recursos naquela vastidão florestal, seja alimentar, tintorial, de construção ou medicinal. Sem esse conhecimento, a vida nos trópicos seria muito difícil para os europeus."²⁴

Desse modo, a exploração do pau-brasil se deu primeiramente por conta de sua identificação e pela demanda de corantes no mercado ultramarino, no entanto, o esforço para a identificação massiva das espécies de madeira não desvaneceu. Tendo em vista que a madeira era matéria-prima para praticamente tudo da vida cotidiana e também para o único meio de transporte transatlântico do período, Portugal priorizou a identificação com meios para a exploração e exportação. Ora, além do uso cotidiano (que já seria um grande incentivo para a exploração de madeira nas colônias), o mundo das *grandes navegações* era dependente da madeira em uma relação praticamente embrionária: a colonização, o comércio ultramarino e as trocas entre Portugal e as colônias compunham uma engrenagem que girava em torno da madeira. Além do âmbito social, ou seja, o da própria sobrevivência das pessoas, a madeira também irrigava o mundo econômico e político da idade moderna, especialmente em Portugal. Em um período no qual não só a estabilidade, mas também a potência e a soberania de um Reino dependiam do sucesso das colonizações no ultramar, a abundância de madeira na América Portuguesa se tornou uma das maiores vantagens de Portugal, de modo que: "Desde o começo da colonização", afirma Cabral, "a Coroa encarou a matéria [exploração das

²³ Essa questão pode ser percebida tanto de acordo com os relatos de viajantes e colonizadores quando da chegada dos portugueses ao atual Brasil, quanto durante a sistematização da exploração de madeira, já que, segundo Cabral, essa exploração se deu majoritariamente por "médios e grandes proprietários rurais". Ver em: CABRAL, Diogo de Carvalho. Substantivismo econômico e história florestal da América portuguesa. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 23, n. 39, p. 113-133, jan./jun. 2008.

²⁴ CASTRO, Carlos. *Op cit.*, p. 133.

madeiras da floresta brasileira] como um assunto que tocava a manutenção da sua soberania, reservando para si a tarefa de gerenciar esse naipe de recursos."²⁵

Levando em conta o conhecimento amplo das espécies de madeira no território, as embarcações poderiam ser fabricadas e reparadas com frequência, seja por conflitos ou excesso de viagens e conseqüente apodrecimento das tábuas. Baseado nos registros do Projeto Resgate, é possível notar que a partir do século XVIII os registros sobre cortes e envios de madeiras se intensificaram. Mesmo tendo documentos desde o ano de 1616 (da Capitania do Grão-Pará), os documentos sobre cargas de madeira só começaram a aparecer em meados da década de 1740, o que denota maior conhecimento das espécies e elaboração de lógicas e termos para a arrematação do produto. Castro aborda esse crescimento da exportação de madeira em um contexto internacional de guerra:

Contudo, a partir de meados do século XVII, devido principalmente ao aumento da demanda de madeira necessária para a reposição de sua esquadra e da drástica diminuição da oferta de madeira insular, Portugal iniciou um lento processo de revitalização de sua política florestal no Brasil, que vem a culminar no final do século XVIII. A esquadra tinha sofrido severas perdas, tanto nas guerras durante o domínio espanhol [...] quanto na guerra contra os holandeses. Diante deste quadro, Portugal voltou seus olhos para o Brasil como possível fonte de madeira de construção naval para seus estaleiros.²⁶

A Coroa, portanto, passou a legislar mais assiduamente sobre a extração de madeiras. A própria legislação sobre extrativismo e uso da terra não era novidade, já que era feita desde o estabelecimento de colonos na América Portuguesa. Porém, o registro de termos e normas e a fiscalização se intensificou a partir do século XVIII. Isso se deu, talvez, pelo maior conhecimento da riqueza e variedade das florestas do atual Brasil; talvez guiados pelo comportamento mais exploratório dos colonos (que, agora, estavam em maior número do que

²⁵ CABRAL, Diogo de Carvalho. Substantivismo econômico e história florestal da América portuguesa. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 23, n. 39, p. 113-133, jan./jun. 2008. p. 129.

²⁶ CASTRO, Carlos. *Gestão florestal no Brasil Colônia*. 2002. Tese (Doutorado) – UnB, Brasília, 2002. p. 123.

dois séculos antes); ou talvez por conta de um contexto internacional de disputas e necessidade de afirmação de poder.²⁷

2. Legislação florestal na colônia

O entendimento da legislação florestal portuguesa é de grande importância para a compreensão do contexto no qual as documentações estudadas estavam inseridas²⁸. Ao abordar a gestão florestal no Brasil colônia em sua tese de doutorado, Castro contrapõe a ideia²⁹ de que o período colonial correspondeu a um momento de destruição e indisciplina em relação às florestas do país; em contraposição, defende que o Reino de Portugal tinha uma legislação florestal responsável, no sentido de moderação em relação à extração e à queima de madeiras. Mesmo com alterações ao longo dos séculos – que variaram entre determinações mais severas, com maior ou menor centralidade da gerência nas mãos da Coroa –, Castro conclui que a conotação geral das legislações florestais no Brasil colonial objetivava um uso responsável e duradouro da terra e das madeiras, afirmando: "O rigor e a disciplina no controle do uso de madeiras se manteve na legislação portuguesa, como pode ser verificado nas cartas régias e em outros instrumentos legais exarados no final do século XVIII e início do século XIX."³⁰

É importante, no entanto, frisar que a proteção florestal colocada em lei por Portugal não advinha simplesmente da benevolência da Coroa ou de um pensamento ecologicamente vanguarda, mas sim do próprio pensamento econômico característico das monarquias, o qual visava a perpetuação de riquezas e recursos naturais, já que estes significavam a perpetuação da própria monarquia. Ou seja, a proteção das florestas da América Portuguesa, como dito anteriormente, diz respeito à soberania do Reino. Diferentemente do que foi posto no início da

²⁷ Como não acreditamos na existência de eventos monocausais ao longo da história, muito provavelmente a intensificação de legislações e supervisões sobre o uso da madeira por parte da Coroa se deu por conta de uma confluência entre todos os fatores citados.

²⁸ Aqui, é importante destacar que não há a pretensão de que as fontes sejam guiadas inteiramente por tal legislação, nem mesmo que ela tenha sido cumprida cegamente e sem contestações. Antes, vê-se o conhecimento sobre a legislação como algo fundamental para entender como ela era aplicada e interpretada e adaptada ao cotidiano da Amazônia colonial.

²⁹ Ideia defendida por Miller em *Fruitless Trees*, o qual afirma que a legislação monopolista e controladora de Portugal acabou levando à exploração desenfreada e improdutiva da terra e da floresta pelos colonos, argumentação denominada por Cabral de "entrave monopolístico estatal".

³⁰ CASTRO, Carlos. Gestão florestal no Brasil Colônia. 2002. Tese (Doutorado) – UnB, Brasília, 2002. p. 144.

colonização, com o pau-brasil, a exploração dos chamados *paus reais* usados para fins náuticos não foi concedida a particulares, mas sim submetida a uma extensa legislação e regras para extração e transporte. Mesmo aplicando uma lógica de designação de determinadas tarefas a particulares – como será melhor abordado posteriormente –, o Reino era o administrador e gerenciador das políticas de extração e transporte de madeira, raramente relegando essa atividade a empresas privadas, como afirmado por Cabral.³¹

Dentre os manuscritos usados para essa pesquisa, há o registro de alguns Termos de Arrematação³² e Contratos para extração de madeira, que se tratam de documentos que, em certa medida, regulam a exploração de madeira na Capitania do Grão-Pará. Não se tratam das legislações elaboradas pela Coroa mencionadas acima, mas sim determinações que respeitam essas legislações; ou seja, mostram a aplicação dessas legislações ao cotidiano colonial. Os detalhes dessas documentações serão abordados na próxima seção. Antes, é necessário compreender o que eram esses Termos e Contratos, o que eles instituíam e como isso intervia na prática da extração e transporte de madeiras.

A maioria das documentações trabalhadas, inclusive os Termos e Contratos, se davam entre o Governador da Capitania e o Secretário da Marinha e do Ultramar, estabelecendo normas e informando ou solucionando problemas recorrentes da produção de madeira. Isto é: havia uma legislação florestal instituída pela Coroa – variável ao longo dos séculos, de acordo com o contexto e necessidades –, determinando aspectos gerais sobre as madeiras permitidas ao uso comum dos colonos, como a extração e a própria ocupação do território deveriam ser feitas e também restringindo as *madeiras reais* ao uso exclusivo da Coroa. Submetida a essa legislação, havia as regulamentações locais, as quais deliberavam sobre situações mais práticas: quem seria responsável pela coordenação da extração, as embarcações que seriam necessárias para transporte, quem trabalharia nas florestas. Batista aborda as imbricações dessas regulamentações, chamando atenção para necessidade de versatilidade dessa rede para que a extração de madeira fluísse bem: "A produção da madeira ficava ao encargo dos Governadores auxiliados por outros integrantes da burocracia portuguesa." dentro disso, fala sobre a importância dos colonos, continuando: "O *Contrato* era feito no sentido de parceria entre o Governador da Capitania e particulares para fazer as madeiras necessárias à

³¹ CABRAL, Diogo de Carvalho. Substantivismo econômico e história florestal da América portuguesa. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 23, n. 39, p. 113-133, jan./jun. 2008. p. 129.

³² AHU_ACL_CU_013, Cx. 35, D. 3300.

construção de embarcações na Ribeira das Naos em Lisboa, bem como, no Estaleiro Real em Belém."³³

A estratégia de aproveitamento de particulares na execução de atividades para a Coroa era comum durante a América Portuguesa, em grande parte pela baixa quantidade de oficiais no território e a necessidade de fiscalização e controle do andamento da colonização, bem como devido à lógica da monarquia e colonização portuguesa. Logo, com a extração de madeira, isso também foi aplicado. Nas documentações usadas nesta pesquisa, a divisão de atribuições concernentes à produção e ao transporte de madeira eram entre colonos dispostos a assinar um Contrato para arrematação dos paus, sendo eles, a partir dessa assinatura, responsáveis pela mão de obra, corte e transporte. Antes de nos atermos ao conteúdo dos documentos, é relevante pensar no que a própria existência do documento pode nos dizer. Ora, a própria motivação para elaborar uma organização do trabalho com a madeira, com critérios e parâmetros para sua aplicação, diz muito a respeito do interesse da Coroa nas madeiras na Amazônia colonial e, sobretudo, da relevância dessas para o comércio e colonização ultramar³⁴.

Era exigido, por parte do Reino, que todas as transações envolvendo madeira fossem registradas ao sair do porto de Belém³⁵; além disso, também havia a prática de marcação das madeiras³⁶ para identificação das espécies – consequentemente, no que ela poderia ser usada – e para sinalizar sua *legalidade*. Essas condutas se davam a fim de estabelecer maior controle sobre as cargas que chegavam à Lisboa, bem como para evitar a prática de contrabando.³⁷ Sabe-se que tais determinações não podem ser confundidas com a realidade do Grão-Pará colonial, mas o que se pretende destacar aqui é a relevância de sua existência (independente de ter sido aplicada à rotina dos séculos XVIII e XIX), já que ela própria é reveladora da valorização da madeira naquele tempo.

³³ BATISTA, Regina Célia Corrêa. Dinâmica populacional e atividade madeireira em uma vila da Amazônia: a vila de Moju (1730-1778). 2013. Dissertação (Mestrado em História) – UFPA, Belém, 2013. p. 29.

³⁴ BATISTA, Regina Célia Corrêa. *Ibidem*, p. 30.

³⁵ CASTRO, Carlos. Gestão florestal no Brasil Colônia. 2002. Tese (Doutorado) – UnB, Brasília, 2002. p. 143.

³⁶ AHU_ACL_CU_013, Cx. 35, D. 3287.

³⁷ AHU_ACL_CU_013, Cx. 55, D. 5030.

3. Consequências da Reforma Pombalina para o mundo da madeira

As madeiras, mesmo sendo pouco estudadas atualmente, foram um grande incentivo para a colonização do Grão-Pará, como aponta Ângelo-Menezes: "A presença abundante de madeira, material nobre de construção em geral no séculos XVII e XVIII, foi uma das descobertas mais importantes para impulsionar o interesse do colonizador na Amazônia."³⁸; no entanto, havia também as *drogas do sertão* (cacau, salsa parrilha, cravo), muito exploradas nos séculos XVII e XVIII e compunham o rol de produtos comercializados e exportados para o Reino. Ao contrário do que é pensado atualmente, a Amazônia não era, portanto, um grande vazio de riquezas ou nem mesmo um peso para a Coroa³⁹. De maneira oposta, a proteção das fronteiras da Amazônia sempre faziam parte das pautas de diligências do Reino, de modo que a administração do Estado do Grão-Pará e Maranhão⁴⁰ suscitava muitas regulamentações por parte da Coroa. Assim sendo, não há como abordar as legislações portuguesas acerca da Amazônia colonial sem tratar das *Reformas Pombalinas* e suas interferências nos âmbitos econômico e social. Além disso, a maioria dos documentos usados nesta pesquisa correspondem ao período no qual essas resoluções entraram em vigor.

Para entender a conjuntura no qual os documentos analisados aqui estavam inseridos, é necessário compreender as mudanças instituídas formalmente por Marquês de Pombal, principalmente no âmbito do trabalho e liberdade indígena. A *Reforma Pombalina* foi uma série de medidas oficiais instituídas a partir da década de 1750 até o final da década de 1770, sobretudo acerca do Estado do Grão-Pará e Maranhão – posteriormente adotadas também no Estado do Brasil. Dentre as diversas mudanças decretadas por Pombal, há duas imprescindíveis para o entendimento do funcionamento da extração e exportação de madeira naquele período: a criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e o

³⁸ ANGELO-MENEZES, M. de N; GUERRA, G. A. D. Exploração de madeiras no Pará: semelhanças entre fábricas reais do período colonial e as atuais serrarias. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 15, p. 123-145, set./dez. 1998. p. 127.

³⁹ BATISTA, Regina Célia Corrêa. Dinâmica populacional e atividade madeireira em uma vila da Amazônia: a vila de Moju (1730-1778). 2013. Dissertação (Mestrado em História) – UFPA, Belém, 2013. p. 13.

⁴⁰ Esse Estado e o posterior Estado do Grão-Pará e Rio Negro – a partir do terceiro quartel dos setecentos – não correspondiam, à época, ao Estado do Brasil. A América Portuguesa, portanto, era composta por dois Estados: o do Grão Pará e Maranhão e o do Brasil; o que dava ao Estado do Grão-Pará e Maranhão um status autônomo, com maior ligação política e econômica com Lisboa do que com o Rio de Janeiro (ou Salvador, a depender do período).

Diretório dos Índios. Batista e Coelho dedicaram grande parte das suas pesquisas a explicar essas mudanças citadas, de modo que suas explicações parecem adequadas e esclarecedoras, por isso, nesta seção, serão citados muitos pontos desses trabalhos.

A criação da Companhia Geral de Comércio se deu ainda na década de 1750, visando sanar dificuldades em relação à comercialização de produtos extraídos na Amazônia colonial (as drogas do sertão e madeira, principalmente). Esses problemas eram, em geral, de logística, como: falta de embarcações para executar o transporte⁴¹ das mercadorias, o que provocava muitas vezes a inutilidades dessas (sobretudo por conta do apodrecimento) e o prejuízo por parte do Reino, que não obtinha rendimentos para arcar com os gastos de produção das mercadorias. Outro problema era a própria *escassez* de mão-de-obra – nesse período, a escassez não se dava por falta de indígenas no território, mas sim por falta de indígenas disponíveis para trabalhar nessa área, o que provocou conflitos e a posterior expulsão dos jesuítas da América Portuguesa –, tendo registrado muitos pedidos de descimento de índios⁴², pois eram esses a principal força de trabalho na Amazônia colonial, como já exposto anteriormente. Batista, por sua vez, aborda os proveitos que a Companhia proporcionou à Coroa:

A Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão foi uma exímia representante dos interesses da Coroa na Colônia, ela atuou principalmente nas duas áreas de maior interesse da Metrópole: dinamizou o comércio, através do incentivo e sistematização da exportação de gêneros para a Europa; fomentou o processo de ocupação da região, introduzindo mão-de-obra africana e favorecendo a fixação de núcleos populacionais através do incentivo ao desenvolvimento da agricultura.⁴³

Ainda segundo Batista, a Empresa foi muito benéfica especificamente para a exportação de madeira, já que esse produto aparece com frequência nos dados de exportações feitas pela Companhia. Essa intensificação provavelmente se deu após a resolução do problema de transporte entre a América Portuguesa e Lisboa. Apesar disso, a autora faz uma reflexão importante de ser abordada quando se refere às melhorias trazidas pela Companhia:

⁴¹ AHU_ACL_CU_013, Cx. 44, D. 4008.

⁴² AHU_ACL_CU_013, Cx. 41, D. 3816.

⁴³ BATISTA, Regina Célia Corrêa. Dinâmica populacional e atividade madeireira em uma vila da Amazônia: a vila de Moju (1730-1778). 2013. Dissertação (Mestrado em História) – UFPA, Belém, 2013. p. 36.

É certo que, de modo geral, em cifras, o tráfico transatlântico, com o estabelecimento da Companhia, não representou um ganho significativo obtido com os produtos enviados para o Reino. [...] Os dados supracitados são importantes para analisarmos os limites da Companhia de Comércio, tendo o cuidado para não cairmos no perigoso caminho da exaltação exacerbada da atuação da empresa monopolista no Estado. A contribuição da Companhia reside, a meu ver, na própria política metropolitana, que se atentou para a necessidade de aliar o fomento da agricultura com a sistematização da extração dos produtos da terra como alternativa para diversificar a exportação e acudir os anseios dos moradores que reclamavam da falta de alternativas para investirem no Estado.⁴⁴

O Diretório dos Índios data também da década de 1750, com modificações frequentemente citadas na historiografia sobre Grão-Pará colonial, dentre elas estão: a expulsão dos jesuítas do território e a concessão de liberdade e título de vassalo português aos indígenas – incentivando, assim, o casamento interétnico e a transformação das antigas aldeias em Vilas e Lugares. O trabalho indígena agora seria administrado por Diretores, o que também gerou melhorias na extração de madeira nas florestas, já que a partir do Diretório, os indígenas estariam disponibilizados a trabalhar apenas para interesses da Coroa. Coelho estabelece modificações instituídas pelo Diretório em quatro pontos:

Em primeiro lugar, ele promoveu a transformação das antigas aldeias missionárias em Vilas e Lugares, as quais passaram a constituir a base sócio-econômica da Colônia: elas proviam tanto os braços necessários para os diversos empreendimentos de interesse do Estado, quanto cumpriam o papel de espaços de socialização e civilização de uma nova sociedade mestiça, promovida pelo Estado. [...] Em segundo lugar, ele suscitou a implementação de um programa de inserção das populações indígenas no universo político da Colônia, de, pelo menos, quatro maneiras diferentes: a) por meio do aliciamento das “elites” indígenas, dos grupos não-descidos, para que se estabelecessem nas Vilas e Lugares; b) por intermédio da distribuição de cargos e funções a elementos dessas “elites”, no âmbito das Vilas e Lugares; c) nomeando para cargos de chefia, na hierarquia militar, a elementos das populações indígenas que demonstrassem lealdade aos interesses metropolitanos; d) por meio da concessão de privilégios de ordem econômica aos elementos citados nos itens anteriores. Em terceiro lugar, e em função dos dois pontos antecedentes, ele engendrou de forma extraordinária, e segundo o que dispunha, a emergência de novas relações sociais, surgidas do convívio, entre os elementos nativos e os colonos. Em quarto, finalmente, ao contrário do que afirma a produção historiográfica, ele não determinou, exclusivamente, a submissão dos interesses nativos aos do colonizador, mas promoveu a emergência de relações diversas, em

⁴⁴ BATISTA, Regina Célia Corrêa. *Ibidem*, p. 38.

que os grupos nativos descidos e não-descidos e os colonos estabeleceram alianças e encetaram disputas.⁴⁵

Após a promulgação do Diretório, as reclamações sobre falta de mão-de-obra registradas nas fontes diminuíram, de modo que o problema mais significativo no que diz respeito à produção de madeira passou a ser a falta de capacitação do trabalho – já que os indígenas eram os únicos que tinham a expertise de adentrar as matas e extrair madeira correta e rapidamente, o que dava a eles a responsabilidade de passar esse conhecimento aos outros. Outro problema recorrente se tratava da falta da própria matéria prima, pois a exploração de madeira foi tanta a partir de meados dos setecentos que as espécies apropriadas para construção e reparação de naus ficaram cada vez mais escassas na beira dos rios, sendo necessária a exploração do interior da floresta para encontrá-las.

As implicações derivadas do Diretório são percebidas nas documentações trabalhadas e também são uma espécie de consenso historiográfico. Porém, suas motivações – a ideia internalizada de que ele foi uma decisão unilateral e vertical da Coroa – são contestadas por Coelho em sua tese, que nos traz também uma reflexão teórica a respeito do estudo e análise de legislações no período colonial. Há uma concepção geral formada de que a vida na colônia correspondia ao que consta nas documentações que sobreviveram até o presente, e que essas determinações eram feitas em Portugal com a assistência dos colonos de hierarquias altas e plenamente obedecidas aqui. Talvez por conta da distância temporal e da própria escassez e dificuldade de leitura de documentos (se comparados aos de outros períodos da história do país) essas concepções tenham se cristalizado e somente há poucos anos estejam sendo repensadas. Parece-nos que esse equívoco é ainda mais presente quando se diz respeito à legislação sobre indígenas: ora, se, nessa concepção, o espaço de agência concedido aos colonos pobres já seria escasso, o dos indígenas seria quase inexistente. Essa questão também está relacionada à ideia de vitimização e passividade dos indígenas: em geral, os indígenas seriam um grupo homogêneo de pessoas sem ação ou reação, que apenas aceitaram ser escravizados e deslocados de seus espaços de vivência até, pouco a pouco, serem mortos e *extintos*, praticamente com um tom animalesco.

⁴⁵ COELHO, Mauro. Do sertão para o mar - um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da Colônia: o caso do Diretório dos Índios (1751-1798). 2005. Tese (Doutorado em História) – USP, São Paulo, 2005. p. 35.

Coelho, então, toma proveito da extensão e conservação material do *Diretório que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão, enquanto sua Majestade não mandar o contrário* para elaborar a tese de que o *espírito da lei* do Diretório foi elaborado na colônia, no Grão-Pará. O autor entende que "menos do que um projeto histórico o Diretório dos Índios deve ser entendido como um processo histórico"⁴⁶, o que dá ao Diretório um aspecto muito mais possível, levando em consideração que nenhuma lei ou norma surge do vácuo ou de um espaço totalmente deslocado do qual será aplicada. Aqui, então, reside uma reflexão teórica que deve ser levada adiante nesta monografia: a de que muitas decisões e determinações tomadas pela Metrópole podem ter sido uma reação a conflitos ou exigências da colônia, e não ordens verticais elaboradas e vindas de Portugal.

É importante findar o capítulo sobre legislações e contextos gerais com essa contribuição de Coelho para que não se faça o engano de pensar que a vida no Grão-Pará colonial seguia precisamente as determinações da Coroa e que a produção e exportação de madeira correspondia ao que estava no corpo da lei. Antes, é relevante explicar as legislações oficiais para que se tenha uma noção mínima de como essas questões se davam; afinal, não se pode esquecer que as documentações trabalhadas nessa pesquisa também são oficiais, já que, em geral, foram documentações desse cunho que sobreviveram até o presente. Portanto, não se defende aqui o descarte dessas fontes somente pelo fato de serem *oficiais* e não corresponderem à totalidade da vida real e palpável, já que se assim o fizéssemos estaríamos ocorrendo em outro engano de pensar que há algum tipo de fonte que faça essa correspondência. Assim sendo, trabalhar-se-á com o máximo possível de documentação do Projeto Resgate, diante de reflexões críticas com o aporte também da historiografia sobre o tema para tentar entender o funcionamento da produção e exportação de madeira.

⁴⁶ COELHO, Mauro. *Do sertão para o mar - um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da Colônia: o caso do Diretório dos Índios (1751-1798)*. 2005. Tese (Doutorado em História) – USP, São Paulo, 2005. p. 288.

Capítulo III: o mundo da madeira – trabalho e mercado interno

Todas as fontes utilizadas nesta pesquisa são advindas do Projeto Resgate, principalmente por conta de sua catalogação, organização e disponibilidade. Sendo a extração de madeira no Grão-Pará um tema pouco estudado até recentemente, sabia-se que seria necessário um conjunto relativamente grande de documentos para esclarecer seu funcionamento e padrões gerais. Por isso, teve-se a ideia de pesquisar inicialmente neste Projeto, o que nos levou a uma extensão aparentemente satisfatória de fontes. Mas, ao continuar a leitura de outros trabalhos historiográficos sobre o tema e a pesquisa por outras fontes a fim de complementar o *corpus documental*, a dissertação de Batista⁴⁷ surgiu com grandes contribuições, inclusive com outras documentações do próprio Resgate – que, inicialmente era apenas um afluente da pesquisa, e agora teria se tornado seu leito principal.

Passamos, então, a trabalhar, exclusivamente, com a catalogação do Resgate, o que rendeu em torno de cento e cinquenta documentos datados entre as décadas de 1740 e 1820, a grande maioria da Capitania do Grão-Pará e uma minoria do Rio Negro (atual Amazonas). O grande número de fontes nos levou à elaboração de um banco de dados para melhor sintetização das informações. Nele, organizamos os dados comuns oferecidos pelos documentos: data, localidade, tipo de documentação, destino da carga (quando existente) e o principal assunto tratado.

O maior número das fontes se trata de ofícios, seguido de minutas e uma minoria de cartas. No entanto, são muitos documentos parecidos, abordando questões práticas sobre a extração e envio de madeira, acompanhando e transparecendo as mudanças dos períodos. Alguns documentos mais extensos e esclarecedores serão abordados de forma mais elaborada na próxima seção, mas achamos necessário fazer um panorama geral dos assuntos tratados com maior frequência.

Em geral, os registros eram trocados entre autoridades, predominantemente entre o *governador e capitão-general do Estado do Maranhão e Grão-Pará* e o *secretário de Estado da Marinha e Ultramar*, mas também entre o governador e o Rei, ou entre o provedor da Fazenda Real e o secretário da Marinha e Ultramar. Os documentos tratavam de questões

⁴⁷ BATISTA, Regina Célia Corrêa. Dinâmica populacional e atividade madeireira em uma vila da Amazônia: a vila de Moju (1730-1778). 2013. Dissertação (Mestrado em História) – UFPA, Belém, 2013.

práticas sobre a extração de madeira no Estado do Grão-Pará e as normas que regulamentavam essa atividade. A exigência de registros sobre as cargas embarcadas e desembarcadas tanto no porto de Belém quanto no porto de Lisboa nos proporcionou muitas *relações de madeira*⁴⁸, que continham as espécies de madeira transportadas, bem como a quantidade e o tamanho das peças; essas relações também nos mostram os valores despendidos com a carga e, na maioria das vezes, o porto de destino – que, via de regra, era Lisboa. Além das relações, outra variedade de registro detalhado sobre as cargas transportadas pelo Atlântico eram os *Mappas*⁴⁹: tipo de documentação muito presente durante o século XVIII, tratava-se do que hoje chamamos de tabela, informando quais produtos eram transportados, em qual quantidade e qual valor a ser pago. Os mapas nos mostram que, apesar de haver um esforço para a exclusividade de carga de madeiras nos navios, o comum costumava ser o envio de madeiras juntamente com outros gêneros da Amazônia, a saber: cacau, café, farinha, tapioca, aguardente.

Percebe-se que as autoridades aproveitavam o envio de relações e mapas para encaminhar, juntamente a esses ofícios informativos, alguns pedidos, requerimentos ou relatos para esclarecer determinados pontos relacionados à logística da extração e exportação de madeira. É justamente essa parte da documentação que nos ajuda a entender os parâmetros e questões gerais sobre o tema. Com essas informações, o quebra-cabeça político e econômico sobre a extração de madeira pode ser montado se visto de cima, isto é, com indicadores mais abrangentes. Apesar de algumas fontes de grande importância e relevância – as quais serão abordadas posteriormente – nos abrirem portas para algumas vicissitudes daquele contexto, em geral, as documentações nos apontam um mundo integrado, mas generalista. Todavia, esse aspecto é uma característica praticamente habitual nas pesquisas sobre história colonial. Há limitações no que diz respeito aos documentos, os quais não nos permitem fazer uma pesquisa que traga realmente à tona os indivíduos que faziam aquela roda-viva girar – uma *história vista de baixo*, por exemplo. A falta de informações básicas como os próprios nomes de indivíduos comuns (indígenas, escravizados de origem africana, colonos pobres) dentre os cento e cinquenta documentos trabalhados não nos permite um "acompanhamento" da história desses indivíduos, o que prejudicaria a acurácia da pesquisa. Por outro lado, é possível lidar com essa falta de informações e ainda assim produzir uma pesquisa que priorize as *pessoas* do

⁴⁸ AHU_ACL_CU_013, Cx. 37, D. 3446.

⁴⁹ AHU_ACL_CU_013, Cx. 68, D. 5817.

Grão-Pará colonial, isto é, tentar entender e colocar à mostra quem estava no cerne da produção e exportação de madeira, quem possibilitava que isso acontecesse.

O que se pretende dizer é que, apesar da necessidade de um trabalho com visão mais abrangente – em uma *escala maior*⁵⁰ –, o esforço para enxergar e priorizar os indivíduos deve estar no trabalho do historiador ou da historiadora, quando da pesquisa nos Arquivos e da leitura dos documentos. Nesta monografia, portanto, há esse esforço para o reconhecimento dos atores desses processos, buscando priorizar documentos que nos revelassem suas participações.

Entre 1743 e 1822, foram registrados documentos que nos mostram um mundo de exploração de madeira que pouco mudou. No capítulo anterior vimos as razões de ser e as modificações das legislações portuguesas em relação à madeira no período colonial, e essas mudanças são notadas ao longo dos documentos; contudo, elas pouco alteram a estrutura⁵¹ da produção de madeira, que tinha como base o trabalho compulsório dos indígenas, a subjugação dos indígenas em relação aos colonos (por conta da dependência destes em relação àqueles) e o envio constante de gêneros da Amazônia para Lisboa. Como esses três elementos foram colocados em prática e como eles se relacionavam entre si ao longo dos anos foram pautas determinadas pela Coroa, mas nenhum deles deixou de existir no período correspondente a esta pesquisa. Os três elementos estão intrinsecamente conectados entre si, de modo que a produção de madeira não se daria sem a existência de algum deles.

As informações sobre os envios de gêneros para a Metrópole eram as mais constantes e usuais – justamente pela sua obrigatoriedade – e nos permitem perceber a preocupação dos colonos com as qualidades das espécies de madeira⁵², as despesas com a produção⁵³ e envio dessa matéria-prima, e sua abundância ou escassez no território colonizado. Do outro lado do Atlântico, a Coroa também fazia solicitações de cargas madeira⁵⁴, ordenava a construção de

⁵⁰ VRIES, Jan de. Playing with scales: the global and the micro, the macro and the nano. *Past & Present*, v. 242, i.s. 13, p. 23-23, nov. 2019.

⁵¹ BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Filipe II*. Edusp, 2016.

⁵² AHU_ACL_CU_013, Cx. 34, D. 3224.

⁵³ AHU_ACL_CU_013, Cx. 57, D. 5160.

⁵⁴ AHU_ACL_CU_013, Cx. 34, D. 3224; AHU_ACL_CU_013, Cx. 55, D. 5020.

Fábricas e enviava navios⁵⁵ para transportar esse produto tão essencial econômica e militarmente para o Reino. Não restam dúvidas, portanto, da importância dessa matéria-prima no mundo luso-colonial. Ao nos deixar dados sobre a precificação da madeira⁵⁶, a forma como era registrada, extraída e embarcada e até mesmo justificativas para atraso de seu envio, ou lamentações por sua corrupção⁵⁷, também nos deixam dados sobre a dedicação, a diligência, o esforço aplicado ao lidar com esse produto. Percebe-se, no cotidiano, a aplicabilidade dos planejamentos e legislações sobre a madeira colocadas no capítulo anterior.

Em contrapartida, as que dizem respeito aos indígenas (mão de obra, alimentação e deslocamento entre aldeias e vilas) costumavam ser mais raras e breves, por isso, a dedicação a este tema foi fundamental, rendendo elucidacões frutíferas, apesar da escassez. No próximo tópico serão abordadas fontes que, mesmo em menor número, podem explicar um pouco sobre a centralidade dos indígenas para o mundo da Amazônia colonial e, em específico, para a produção de madeira.

1. Mão de obra indígena

A centralidade dos indígenas ao longo do período colonial é um consenso na historiografia contemporânea brasileira. A visão do nativo vadio, preguiçoso e, sobretudo, vítima deixou de estar presente na Academia – o imaginário popular, por outro lado, ainda tem um longo caminho a percorrer –, sendo substituída por trabalhos que colocam em foco a reação dos indígenas à colonização e o papel que eles tiveram nas alianças com os colonos. Neste trabalho, além de sustentar a fundamentalidade dos indígenas no processo colonial, levantaremos pontos para defender o argumento da dependência dos colonizadores em relação aos nativos, de modo que, sem estes, a produção de madeira seria, no mínimo, tardia.

Ora, o processo de produção de madeira era inteiramente dependente dos indígenas. Pode-se dizer que esse processo era composto por cinco etapas: o reconhecimento do território e de espécies; a derrubada das árvores; o corte dos troncos nas dimensões requeridas pela Coroa; o carregamento das peças pela floresta e embarque nas canoas; o

⁵⁵ AHU_ACL_CU_013, Cx. 37, D. 3492.

⁵⁶ AHU_ACL_CU_013, Cx. 68, D. 5858.

⁵⁷ Vocábulo utilizado nas documentações para se referir ao seu apodrecimento natural. Ver em: AHU_ACL_CU_013, Cx. 69, D. 5944.

desembarque das canoas e embarque nas naus. As documentações nos mostram que não há nenhuma delas na qual o indígena não estivesse presente.

A começar pelo reconhecimento do território e das espécies que, como já abordado anteriormente, devido à extensão territorial da Colônia, só foi possível por conta do conhecimento dos indígenas em relação à terra que habitavam. As outras quatro etapas dizem respeito à produção propriamente dita da madeira, a qual era feita exclusivamente por indígenas. Por vezes, há a menção de *supervisores* desta produção – que eram responsáveis por verificar os cortes que deveriam ser feitos e informar as dimensões das peças –, mas a técnica de extração era completamente nativa. Assim, eram feitas convocações de indígenas para trabalhar nessa produção: em geral, eram feitos descimentos de indígenas das Aldeias para o local de extração. Os documentos registram algumas mudanças no que diz respeito à quantidade de indígenas descidos e o valor de pagamento de cada um, o que nos ajuda a pensar alguns cenários possíveis: em 1774, há um registro que afirma a redução de número de indígenas que trabalhavam no corte de madeiras: de cento e vinte para vinte índios⁵⁸; o valor de pagamento, no entanto, aumenta – em 1761 era pago quatrocentos réis por mês⁵⁹, enquanto em 1774 esse valor aumenta para mil e duzentos réis. Nesse mesmo registro de 1761, há a menção de uma certa rotatividade do trabalho dos índios – o que vai ao encontro do que foi explicado por Batista⁶⁰ –, a maioria deles trabalhariam na extração por volta de 15 dias e, após esse período, outro grupo seria descido. Em seguida à derrubada das árvores, o corte era feito nas chamadas Fábricas Reais de Madeira⁶¹, que geralmente se estabeleciam próximas aos locais de extração. Mesmo após os cortes em peças, o deslocamento das madeiras permanecia trabalhoso – tendo em vista que muitas dessas peças eram compridas e pesadas, já que, em geral, seriam utilizadas para construções e reparações de naus –, de modo que um documento de 1777⁶² chama atenção para a dificuldade desse transporte: seria necessário de cento e sessenta a cento e oitenta homens para puxar cada "pau maior"; outras adversidades presentes

⁵⁸ AHU_ACL_CU_013, Cx. 73, D. 6148.

⁵⁹ AHU_ACL_CU_013, Cx. 50, D. 4596.

⁶⁰ BATISTA, Regina Célia Corrêa. Dinâmica populacional e atividade madeireira em uma vila da Amazônia: a vila de Moju (1730-1778). 2013. Dissertação (Mestrado em História) – UFPA, Belém, 2013.

⁶¹ O estabelecimento e o funcionamento dessas fábricas é extensamente explicado em: ANGELO-MENEZES, M. de N.; GUERRA, G. A. D. Exploração de madeiras no Pará: semelhanças entre fábricas reais do período colonial e as atuais serrarias. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 15, p. 123-145, set./dez. 1998.

⁶² AHU_ACL_CU_013, Cx. 76, D. 6373.

(para além da dificuldade do próprio material), eram em relação às más condições das estradas e à distância entre os portos de embarque e as Fábricas. Esse processo laborioso era inteiramente aplicado pelos indígenas. Como a extração e o corte geralmente eram feitos nas beiras dos rios, também cabia aos nativos conduzirem as peças de madeira nas canoas até o local de embarque para Lisboa.

É evidente que esses dados não são uniformes para todo o período da pesquisa, nem mesmo para todo o Grão-Pará. Em 1743, por exemplo, há um registro de pagamento de índios em algodão⁶³ e não em réis, como nas outras documentações pesquisadas. Em um aporte documental relativamente grande, como no caso desta monografia, é muito provável que isso aconteça. Inclusive, pode ser de grande proveito para pensarmos nas inconsistências e mudanças do período: ora, a extração e exportação de madeira não se deu em um ambiente e período isolado do restante do mundo colonial, logo, não pode ser visto como um processo homogêneo. Antes, ele acompanhou as mudanças políticas e econômicas da América Portuguesa e, sendo assim, deixou transparecê-las nos registros analisados nesta pesquisa. O próximo ponto a ser discutido trata justamente dessas mudanças e como elas adentraram a produção de madeira.

2. América e África na produção de madeira

Na Amazônia colonial, a exploração da mão de obra se deu primeira e principalmente sobre os indígenas. Diferentemente das regiões de produção açucareira ou de minas, por exemplo, no Grão-Pará a prioridade sempre foi o trabalho indígena. Isso se deu devido às particularidades dos produtos exportados pela região – as *drogas do sertão* –, pois se tratavam de produtos *da terra*, ou seja, que requeriam somente logísticas para a extração e não plantação⁶⁴. Assim, a realidade impunha uma necessidade de destreza em relação à floresta, o que abriu margem para a exploração dos indígenas durante séculos. A migração compulsória dos negros escravizados para o Grão-Pará começou a ser expressiva apenas na segunda metade do século XVIII, impulsionada pela *Lei de Liberdade dos Índios* (1755), o Diretório e suas implicações – dentre elas, a criação da Companhia Geral de Comércio.

⁶³ AHU_ACL_CU_013, Cx. 25, D. 2383.

⁶⁴ O termo "produção de madeira" diz respeito ao processo de extração e corte das espécies de madeira. Não há registros de plantação de árvores para exploração futura.

A partir de 1761, há o aparecimento de pouquíssimos ofícios que mencionam a presença de escravizados de ascendência africana. Havia a impressão de que, depois da inserção dessa mão de obra, a tendência seria o aumento gradativo da presença de negros escravizados em detrimento dos indígenas. No entanto, não é isso que ocorre: mesmo com a eventual escassez de indígenas e justificativas de atraso nos envios por conta de epidemias que os assolavam⁶⁵, o que se apresenta na documentação é o trabalho desses escravizados praticamente como secundário na produção de madeira. Além de suas poucas aparições, as funções que assumiam eram de auxílio ou aprendizagem com os indígenas; os escravizados de origem africana nunca passaram a assumir, portanto, a produção de madeira de forma integral.

Dentre os cento e cinquenta documentos analisados, apenas dois mencionam a mão de obra dos escravos⁶⁶, ambos após a instituição do Diretório. No entanto, são registros muito esclarecedores sobre a interação indígena-escravizado: o primeiro, de 1761⁶⁷, ordena a entrega de indígenas para ensinar aos negros escravizados as técnicas de corte e condução das madeiras desde os matos até o estaleiro real (onde eram fabricados os navios); o segundo⁶⁸, já de 1774, se trata de um Termo de Arrematação que altera a quantidade de indígenas a serem descidos para os cortes de madeira, reduzindo de cento e vinte para vinte indígenas – o trabalho que antes era feito pelos indígenas de forma remunerada agora seria feito pelos escravizados de origem africana do empreiteiro. Após isso, os escravizados advindos de África não são mais mencionados nas documentações, talvez simplesmente porque não havia necessidade. Ora, a mudança normativa já havia sido feita neste último Termo mencionado, portanto, a convivência entre indígenas e negros escravizados na exploração de madeira pode ter se tornado usual e sem grandes mudanças, de forma que não havia razões para registrá-la. Os indígenas, no entanto, continuaram presentes, provavelmente em menor quantidade devido à sua quase dizimação por conta do trabalho compulsório e das epidemias, mas nutrindo e irrigando a produção de madeira, agora juntamente aos escravizados negros: ironicamente, unidos pela exploração.

⁶⁵ Em geral, haviam relatos de epidemias de *bexigas* (vocábulo do período utilizado para se referir à varíola). Ver em: AHU_ACL_CU_013, Cx. 77, D. 6441.

⁶⁶ Uso do termo como registrado na documentação: AHU_ACL_CU_013, Cx. 75, D. 6334.

⁶⁷ AHU_ACL_CU_013, Cx. 50, D. 4607.

⁶⁸ AHU_ACL_CU_013, Cx. 73, D. 6148.

Outro ponto relevante abordado nas documentações e importante de ser discutido é essa interação desses diferentes grupos étnicos e como isso movimentava o cotidiano e a formação populacional do Grão-Pará.

3. Questão populacional e urbana

Coelho levanta em sua tese um ponto interessante sobre a formação populacional do atual Pará: a permanência das culturas indígenas e africanas na vida dos paraenses⁶⁹ – aqui, acrescentaria também os amapaenses. Muitos autores, ao abordarem o genocídio dos povos indígenas, lamentam o desaparecimento dessas nações e de suas culturas, enquanto Coelho afirma a permanência destas últimas no dia-a-dia dos paraenses, na culinária, nas festas populares e, sobretudo, na memória coletiva. É evidente que o que é cultivado contemporaneamente são apenas reminiscências dessas raízes étnicas, se comparados às sociedades pré-colombianas, mas estas não deixam de estar presentes na vivência dos paraenses, principalmente dos ribeirinhos. Isso se dá devido a três principais causas: o grande número de indígenas na região (tanto durante o período colonial, quanto atualmente); a sobrevivência de suas culturas⁷⁰; e a forte interação entre indígenas, colonos e africanos desde o período colonial.

É claro que essa interação foi inicialmente compulsória, tanto entre colonos e indígenas – a qual se deu de forma hierárquica, devido à subjugação dos indígenas –, quanto entre os indígenas e africanos – por conta da migração forçada dos negros escravizados para o Grão-Pará⁷¹. Porém, mesmo com seu caráter coercitivo, esse convívio passou a ser cada vez mais recorrente e, no limite, natural. Um ofício de 1757⁷² nos ajuda a entender a prática de descimentos e remoções forçadas: ele registra o deslocamento de sessenta indígenas *não pagãos* até uma Fábrica de madeira, acompanhados por um soldado. Aqui, não se trata de

⁶⁹ COELHO, Mauro. Do sertão para o mar - um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da Colônia: o caso do Diretório dos Índios (1751-1798). 2005. Tese (Doutorado em História) – USP, São Paulo, 2005.

⁷⁰ Essa sobrevivência não se deu de forma passiva. Há um esforço para a preservação de costumes, bem como a transmissão hereditária de saberes.

⁷¹ Também não se pode romantizar essa interação: a miscigenação entre essas etnias se dava majoritariamente através de estupros e relações não consensuais.

⁷² AHU_ACL_CU_013, Cx. 42, D. 3874.

uma mudança normativa, nem mesmo de um pedido de permissão para que se dê início a esta prática, trata-se apenas de uma notificação, o que nos leva a entender que esse tipo de deslocamento já se constituía uma prática bem estabelecida. Outra questão interessante é a presença do soldado ao longo do percurso, muito provavelmente para evitar rebeliões ou fugas. Ao fim e ao cabo, as constantes transferências e remoções deixaram marcas profundas na formação cultural e populacional do Grão-Pará: ignorando suas vontades, seus núcleos familiares e suas conformações sociais, os indígenas e escravizados de origem africana eram deslocados recorrentemente ao longo do território com o único fim de trabalhar.

Por conta desses deslocamentos de grande número de indígenas e de escravizados negros para os locais de extração de madeira, a instituição de novas vilas e lugares nas proximidades passou a ser necessária. Durante a segunda metade da década de 1750 e no início da década de 1760, são registrados dois ofícios⁷³ os quais mencionam a criação de uma nova vila próxima à fábrica de canoas com o fim de "agilizar o trabalho" e dão informações sobre vilas e lugares recém criados naquele período. Desse modo, é preciso pensar a produção e extração de madeira como uma prática relevante o suficiente para determinar mudanças de cunho populacional e urbana. Esses documentos nos ajudam a entender, então, que a madeira ocupava um espaço de prioridade e até mesmo de privilégio. O mundo que conhecemos hoje, sobretudo nas cidades que foram originadas através destas vilas e lugares, começou a ser modificado e assentado durante os séculos XVIII e XIX, se adaptando em prol da produção de madeira.

4. Abastecimento e mercado interno

Outro elemento que nos ajuda a perceber a atenção e a priorização dada à madeira no Grão-Pará colonial são as despesas com esse produto, que envolvia gastos com todas as etapas de produção, desde a extração até o transporte. O gasto com mão de obra era reduzido, é claro, por conta do caráter compulsório do trabalho aplicado nessa matéria-prima, seja dos indígenas ou dos negros escravizados. Contudo, esses indivíduos ainda precisavam ser alimentados para que rendessem o mínimo de produtividade no meio das florestas. Tendo isso em vista, diversos documentos registram as despesas com a alimentação dos indígenas – em

⁷³ AHU_ACL_CU_013, Cx. 41, D. 3816; AHU_ACL_CU_013, Cx. 51, D. 4715.

geral, com farinha, carne e sal⁷⁴ –, seus transportes e alojamentos, já que era necessário fabricar canoas para levá-los até o local de extração e também estabelecer abrigos para eles nas novas Vilas e Lugares para as quais eram transferidos.

É possível afirmar, por fim, que a madeira assumia um duplo papel de movimentação do mercado externo e interno, concomitantemente. Dentre as documentações utilizadas nesta monografia, não há evidências específicas sobre a circulação interna de madeira no Grão-Pará, nem mesmo de uma produção dessa matéria-prima voltada ao contexto interno. No entanto, a possibilidade disso ter se dado na prática é grande, já que a madeira era matéria-prima fundamental e até mesmo corriqueira no período colonial⁷⁵. Ora, os registros coletados para essa pesquisa são todos sobre exportação porque havia uma *necessidade* de registrá-la e acompanhá-la. A circulação interna, ao contrário, era ordinária, já inclusa no cotidiano e se dava no meio mais informal, por isso seus registros não eram obrigatórios e, justamente por esse caráter rotineiro, não há documentações relacionadas à produção e circulação interna de madeira. Mesmo sem essa comprovação, não se pode ignorar o impacto que a produção de madeira tinha no mercado interno do Grão-Pará. Por fim, ainda é possível se afirmar que ela movimentava constantemente o mercado interno de outros gêneros, pois esta produção requeria diversos elementos, indivíduos e relações, o que acabava por provocar outras produções e circulações (de alimentos, matérias-primas e pessoas) naquele território. Sendo assim, a madeira movimentava, simultaneamente, a América Portuguesa e Portugal.

⁷⁴ Há também o registro de cultura de arroz, mas não se sabe ao certo se era dedicada ao consumo interno ou à exportação.

⁷⁵ RAMALHO, João. A produção para consumo interno na Amazônia na segunda metade do século XVIII: da historiografia à análise do abastecimento no vale do Rio Tocantins. 2017. Monografia (Bacharel/licenciatura em História) – UnB, Brasília, 2017.

Conclusão

Na esteira de renovações historiográficas e enfoque à história econômica colonial do atual norte do Brasil, neste trabalho se fez um panorama dos padrões gerais a respeito da extração e transporte de madeira. O esclarecimento sobre as tradições políticas e legislativas de Portugal em relação ao manejo das florestas auxiliou a compreensão do processo de produção de madeira, enquanto os Contratos e Termos de Arrematação deram clareza sobre a prioridade que o Reino dava para essa matéria prima. O extenso corpus documental, à luz das mudanças da Reforma Pombalina ajudam a entender o mundo do trabalho na extração de madeira na Amazônia colonial, dando enfoque para a interação entre negros escravizados e indígenas e como isso foi e é fulcral para a sociedade paraense e amapaense.

A escassez de trabalhos historiográficos dedicados exclusivamente à produção e transporte de madeira no Grão-Pará colonial se dá, fundamentalmente, por algumas dificuldades de se lidar com o tema, a saber, as documentações pouco trabalhadas e a carência de fontes que tratem de questões internas. No entanto, a importância do tema incentiva o desbravamento de pesquisas e artigos. Este trabalho dedicou-se a esclarecer parâmetros da extração de madeira no Grão-Pará colonial e como sua importância para a Coroa movimentava o mundo amazônico. A partir disso, esta monografia proporciona ainda mais espaços para se pensar a produção de madeira voltada para o mercado interno do Grão-Pará, bem como a circulação dessa matéria-prima na América Portuguesa. Ora, é evidente que a madeira assumia papel fundamental na vida colonial do início ao fim; assim sendo, se faz necessário pensar como essa matéria-prima circulava naquele mundo.

Referências bibliográficas

- AMARAL LAPA, J. R. **Economia colonial**. 1 ed. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- ANGELO-MENEZES, M. de N; GUERRA, G. A. D. Exploração de madeiras no Pará: semelhanças entre fábricas reais do período colonial e as atuais serrarias. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 15, p. 123-145, set./dez. 1998.
- BATISTA, Regina Célia Corrêa. **Dinâmica populacional e atividade madeireira em uma vila da Amazônia: a vila de Moju (1730-1778)**. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – UFPA, Belém, 2013.
- BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Filipe II**. Edusp. 2016.
- CABRAL, Diogo de Carvalho. Substantivismo econômico e história florestal da América portuguesa. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 23, n. 39, p. 113-133, jan./jun. 2008.
- CASTRO, Carlos. **Gestão florestal no Brasil Colônia**. 2002. Tese (Doutorado) – UnB, Brasília, 2002.
- COELHO, Mauro. **Do sertão para o mar - um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da Colônia: o caso do Diretório dos Índios (1751-1798)**. 2005. Tese (Doutorado em História) – USP, São Paulo, 2005.
- COSTA, Francisco Assis. - A economia colonial do Grão-Pará: uma avaliação crítica (1720-1822). **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, n. 1 (44), p. 197-219, abr. 2012.
- CRUZ, Ernesto. A exportação da madeira do Pará para Portugal no século XVIII. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 234, p. 38-43, jan./mar. 1957.
- VRIES, Jan de. Playing with scales: the global and the micro, the macro and the nano. **Past & Present**, v. 242, i.s. 13, p. 23-23, nov. 2019.
- DIAS, Manuel Nunes. **A companhia geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)**. Vol. 1. Universidade Federal do Pará, 1970.
- FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto: mercado Atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790 - c. 1840**. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____, Karl. **Uma contribuição para a crítica da economia política**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 1 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012.

RAMALHO, João. **A produção para consumo interno na Amazônia na segunda metade do século XVIII**: da historiografia à análise do abastecimento no vale do Rio Tocantins. 2017. Monografia (Bacharel/licenciatura em História) – UnB, Brasília, 2017.

SEMPAT ASSADOURIAN, Carlos. **El sistema de la economía colonial: Mercado interno, regiones y espacio económico**. Lima: IEP, 1982.

LISTA DE FONTES

Local: Arquivo Histórico Ultramarino/Projeto resgate

1743, Fevereiro, 23, Pará

AHU_ACL_CU_013, Cx. 25, D. 2383

1753, Maio, 22, Lisboa

AHU_ACL_CU_013, Cx. 34, D. 3212

1750, Agosto, 7, Pará

AHU_ACL_CU_013, Cx. 31, D. 2980

1753, Maio, 30, Lisboa

AHU_ACL_CU_013, Cx. 34, D. 3224

1750, Setembro, 12, Pará

AHU_ACL_CU_013, Cx. 32, D. 2995

1753, Julho, 3, Belém do Pará

AHU_ACL_CU_013, Cx. 35, D. 3235

1750, Setembro, 17, Pará

AHU_ACL_CU_013, Cx. 32, D. 3004

1753, Agosto, 8, Lisboa

AHU_ACL_CU_013, Cx. 35, D. 3240

1752, Novembro, 3, Belém do Pará

AHU_ACL_CU_013, Cx. 33, D. 3142

1753, Outubro, 19, Pará

AHU_ACL_CU_013, Cx. 35, D. 3260

1753, Maio, 20, Lisboa

AHU_ACL_CU_013, Cx. 34, D. 3208

1753, Novembro, 20, Pará

AHU_ACL_CU_013, Cx. 35, D. 3287

1753, Novembro, 21, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 35, D. 3291

1753, Novembro, 22, Belém do Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 35, D. 3295

1753, Novembro, 24, Belém do Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 35, D. 3300

1753, Novembro, 26, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 35, D. 3308

1754, Março, 6, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 36, D. 3353

1754, Março, 9, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 35, D. 3366

1754, Setembro, 20, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 37, D. 3446

1754, Dezembro, 24, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 37, D. 3472

Ca. 1754
AHU_ACL_CU_013, Cx. 37, D. 3475

Ca. 1754
AHU_ACL_CU_013, Cx. 37, D. 3476

1755, Fevereiro, 23, Lisboa
AHU_ACL_CU_013, Cx. 37, D. 3492

1755, Maio, 1, Lisboa
AHU_ACL_CU_013, Cx. 38, D. 3543

1755, Julho, 14, Arraial de Mariuá
AHU_ACL_CU_020, Cx. 1, D.37

1755, Agosto, 17, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 38, D. 3625

1755, Setembro, 7, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 39, D. 3651

1755, Setembro, 8, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 39, D. 3652

1755, Novembro, 19
AHU_ACL_CU_013, Cx. 39, D. 3683

1755, Dezembro, 19, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 39, D. 3696

1756, Junho, 27, Belém do Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 41, D. 3767

1756, Novembro, 9, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 41, D. 3804

1756, Novembro, 13, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 41, D. 3816

1757, Junho, 16, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 42, D. 3874

1758, Julho, 21, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 43, D. 3963

1758, Setembro, 19, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 44, D. 3983

1759, Fevereiro, 11, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 44, D. 4008

1759, Julho, 6, Lisboa
AHU_ACL_CU_013, Cx. 45, D. 4089

1760, Outubro, 20, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 47, D. 4316

1760, Outubro, 20, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 47, D. 4317

1761, Junho, 25, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 49, D. 4516

1761, Junho, 28, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 49, D. 4524

1761, Julho, 5, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 50, D. 4566

1761, Agosto, 4, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 50, D. 4596

1761, Outubro, 3, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 50, D. 4607

1761, Outubro, 16, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 51, D. 4629

1761, Novembro, 26, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 51, D. 4715

1762, Julho, 20, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 52, D. 4810

1763, Março, 5, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 54, D. 4895

1763, Junho, 16, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 54, D. 4942

1763, Julho, 23, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 54, D. 4969

1764, Janeiro, 9, Lisboa
AHU_ACL_CU_013, Cx. 55, D. 5020

1764, Janeiro, 11, Lisboa
AHU_ACL_CU_013, Cx. 55, D. 5021

1764, Janeiro, 26, Lisboa
AHU_ACL_CU_013, Cx. 55, D. 5030

1764, Abril, 3, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 55, D. 5072

1764, Maio, 22, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 56, D. 5091

1764, Maio, 30, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 56, D. 5098

1764, Junho, 2, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 57, D. 5111

1764, Junho, 3, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 57, D. 5122

1764, Junho, 3, Belém do Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 57, D. 5123

1764, Junho, 3, Belém do Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 57, D. 5124

1764, Junho, 17, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 57, D. 5136

1764, Agosto, 15, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 57, D. 5160

1764, Agosto, 16, Belém do Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 57, D. 5164

1765, Junho, 5, Belém do Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 58, D. 5213

1765, Junho, 15, Lisboa
AHU_ACL_CU_013, Cx. 58, D. 5215

1766, Março, 30, Belém do Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 58, D. 5265

1766, Julho, 24, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 58, D. 5283

1766, Outubro, 16, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 59, D. 5288

1766, Outubro, 20, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 60, D. 5300

1767, Março, 15, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 60, D. 5317

1767, Março, 17, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 60, D. 5323

1767, Junho, 27, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 60, D. 5358

1767, Junho, 27, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 60, D. 5359

1767, Outubro, 22, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 61, D. 5391

1767, Outubro, 23, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 61, D. 5402

1768, Julho, 2, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 61, D. 5448

1768, Julho, 17, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 61, D. 5456

1769, Março, 24, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 64, D. 5534

1769, Junho, 20, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 64, D. 5550

1770, Janeiro, 14, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 65, D. 5599

1770, Janeiro, 14, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 65, D. 5601

1770, Setembro, 19, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 66, D. 5688

1772, Fevereiro, 20, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 68, D. 5817

1772, Fevereiro, 20, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 68, D. 5818

1772, Agosto, 29, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 68, D. 5858

1772, Agosto, 29, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 68, D. 5860

1772, Novembro, 14, Lisboa
AHU_ACL_CU_013, Cx. 69, D. 5905

1773, Janeiro, 7, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 69, D. 5944

1773, Abril, 7, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 70, D. 5987

1773, Abril, 7, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 70, D. 5992

1773, Outubro, 15, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 71, D. 6049

1773, Novembro, 15, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 71, D. 6083

1774, Março, 9, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 72, D. 6119

1774, Julho, 8, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 73, D. 6147

1774, Julho, 8, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 73, D. 6148

1774, Novembro, 19, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 73, D. 6166

1775, Abril, 10, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 74, D. 6203

1775, Abril, 17, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 74, D. 6214

1775, Junho, 26, Lisboa
AHU_ACL_CU_013, Cx. 74, D. 6225

1775, Julho, 17, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 74, D. 6237

1776, Janeiro, 5, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 74, D. 6262

1776, Maio, 4, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 75, D. 6312

1776, Maio, 29, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 75, D. 6326

1776, Agosto, 8, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 75, D. 6334

1777, Janeiro, 20, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 76, D. 6373

1777, Abril, 3, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 76, D. 6388

1777, Julho, 21, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 77, D. 6424

1777, Setembro, 13, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 77, D. 6437

1777, Setembro, 15, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 77, D. 6441

1777, Novembro, 12, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 78, D. 6481

1777, Dezembro, 4, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 78, D. 6491

1777, Dezembro, 30, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 78, D. 6506

1778, Fevereiro, 11, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 79, D. 6534

1778, Março, 24, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 79, D. 6548

[Post. 1778, Abril, 13]
AHU_ACL_CU_013, Cx. 79, D. 6567

1778, Maio, 6, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 79, D. 6572

1778, Julho, 17, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 80, D. 6603

1778, Julho, 18, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 80, D. 6604

1778, Julho, 18, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 80, D. 6605

1778, Julho, 18, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 80, D. 6606

1778, Agosto, 5
AHU_ACL_CU_013, Cx. 80, D. 6617

1778, Agosto, 10, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 80, D. 6625

1778, Setembro, 5, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 80, D. 6630

1778, Setembro, 6, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 80, D. 6631

1778, Novembro, 5, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 81, D. 6655

1778, Dezembro, 3, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 81, D. 6677

1778, Dezembro, 3, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 81, D. 6678

1778, Dezembro, 5, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 81, D. 6680

1778, Dezembro, 19, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 81, D. 6690

1779, Agosto, 11, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 83, D. 6825

1779, Dezembro, 22, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 84, D. 6889

1783, Agosto, 29, [Pará]
AHU_ACL_CU_013, Cx. 90, D. 7339

1784, Setembro, 1, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 93, D. 7436

1786, Maio, 5, Lisboa
AHU_ACL_CU_013, Cx. 95, D. 7561

[Ant. 1786, Dezembro, 14]
AHU_ACL_CU_013, Cx. 96, D. 7610

1788, Abril, 30, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 97, D. 7737

1791, Março, 30, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 100, D. 7964.

1785, Março, 23, Queluz
AHU_ACL_CU_013, Cx. 105, D. 8296

1787, Maio, 3, Vila de Barcelos
AHU_ACL_CU_020, Cx. 13, D. 483

1798, Fevereiro, 23, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 111, D. 8678

1806, Setembro, 11, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 138, D. 10481

1806, Outubro, 29, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 138, D. 10504

1814, Novembro, 24, [Lisboa]
AHU_ACL_CU_013, Cx. 146, D. 11116

1815, Maio, 23, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 147, D. 11166

1815, Julho, 22, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 147, D. 11175

1815, Julho, 22, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 147, D. 11176

1822, Junho, 27, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 155, 11871

1822, Julho, 31, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 155, 11886

1822, Dezembro, 30, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 158, D. 12042

1822, Dezembro, 30, Pará
AHU_ACL_CU_013, Cx. 158, D. 12043

Declaração de autenticidade

Eu, Márcia Cecília Flexa Freitas, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão do curso intitulado "*Pellos certõens dos mattos*: produção e transporte de madeira entre o Grão-Pará e Lisboa dos séculos XVIII e XIX" foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.

Em 23 de Abril de 2021

Assinatura: _____